

## A PROPOSTA DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: a economia caxiense no século XIX

David da Silva Sousa<sup>1</sup>  
Maykon Albuquerque Lacerda<sup>2</sup>  
Jakson dos Santos Ribeiro<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo apresentar a produção de uma sequência didática (S.D), como proposta educacional, direcionada aos professores da Educação Básica, enquanto sugestão pedagógica a ser aplicada com seu alunado, do Ensino Fundamental Maior (6º ao 9º ano). Este material propõe trazer a discussão sobre a História do município de Caxias, no Maranhão Oitocentista. A metodologia da pesquisa está fundamentada em revisão bibliográfica, pautada em teóricos, como: Assunção (2000), Bocchi (2011), Botelho (2010), Costa (2019), Costa (1999), Ferreira (2002), Furtado (1997), Giacomoni e Pereira (2013), Iglesias (1986), Holanda (2004), Gaioso (1970), Jacinto (2015), Leite (2016), Meireles (2001), Prado Júnior (1994) e (2006), Ribeiro (2007), Rüsen (2007), Sandroni (1999), Vesentini e Vlach (1996), e Viveiros (1999). Diante disso, é essencial um aparato conceitual, a partir dos seguintes questionamentos: O que é Economia? Quais são os tipos de economias existentes? Quais teorias econômicas e setores da economia coexistiram numa relação entre estabilidade e crises que atingiram determinada sociedades, grupos ou sujeitos? Em suma, espera-se que essa ferramenta auxilie o professor a propagar saberes históricos e construir perspectivas em seus alunos para a formação, ascensão e decadência de um sistema econômico, permeado de histórias e memórias, a emergirem no oitocentismo.

**Palavras-chave:** S.D. Caxias. Oitocentismo.

## THE PROPOSAL FOR A TEACHING SEQUENCE IN THE TEACHING OF LOCAL HISTORY: the caxiense economy in the 19th century

**ABSTRACT:** This article aims to present the production of a didactic sequence (SD), as an educational proposal, aimed at teachers of Basic Education, as a pedagogical suggestion to be applied with their students, from the Elementary School (6th to 9th grade). This material proposes to bring the discussion about the History of the city of Caxias, in the 19th century Maranhão. The research methodology is based on a bibliographic review, based on theorists, such as: Assunção (2000), Bocchi (2011), Botelho (2010), Costa (2019), Costa (1999), Ferreira (2002), Furtado (1997), Giacomoni and Pereira (2013), Iglesias (1986), Holanda (2004), Gaioso (1970), Jacinto (2015), Leite (2016), Meireles (2001), Prado Júnior (1994) and (2006), Ribeiro (2007), Rüsen (2007), Sandroni (1999), Vesentini and Vlach (1996), and Viveiros (1999). Therefore, a conceptual apparatus is essential, based on the following questions: What is Economics? What types of savings exist? What economic theories and sectors of the economy coexisted in a relationship between stability and crises that affected a certain society, group or subject? In short, it is expected that this tool will help the teacher to propagate historical knowledge and build perspectives in his students for the formation, rise and decay of an economic system, permeated by stories and memories, to emerge in the 19th century.

**Keywords:** S.D. Caxias. Nineteenth century.



### Introdução

A sequência didática, intitulada de: *A Economia Caxiense no século XIX*, objetiva sistematizar dentro do espaço historiográfico maranhense, a importância que a História Local deve ter no cotidiano escolar direcionada ao alunado da Educação Básica.

<sup>1</sup> Graduando do curso de Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. ID Lattes: 9072-6024-5354-3082, ORCID: 0000-0002-1041-7606. E-mail: dividsilsou@gmail.com

<sup>2</sup> Graduando do curso de Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. ID Lattes: 0842-1956-6398-5561, ORCID: 0000-0002-0895-0823. E-mail: maykonalbuquerquelacerda@gmail.com

<sup>3</sup> Professor Adjunto I da Universidade Estadual do Maranhão-CESC/UEMA. Coordenador do Grupo de Estudos de Gêneros do Maranhão-GRUGEM, Doutor em História Social da Amazônia-UFPA, Mestre em História Social - UFMA, Especialista em História do Maranhão-IESF, Graduado em História-UEMA. ID Lattes: 3062-8106-5743-2335, ORCID: 0000-0002-7064-2848. E-mail: noskcajzaionnel@gmail.com

Nesse sentido, o uso da história local para o ensino de História, pode ser tido enquanto pioneiro, para às atividades que desenvolvam inúmeras competências, para a construção dos saberes históricos, sobretudo, em espaços escolares. Isso infere afirmar que:

Fazer/ensinar/estudar história local pressupõe tomá-la como objeto do conhecimento (quando nos concentramos em escalas “menores” e mais próximas a nós nos nossos recortes, como o bairro, a cidade, o Estado, mas também grupos sociais e cultura material que não necessariamente correspondem aos limites geográficos e políticos dos lugares) ou como o lugar de onde partem os conhecimentos (dos próprios professores e alunos, da comunidade, de associações e organizações locais, das universidades). Assim é que uma primeira discussão que ela permite fazer é sobre a “presença de história” em espaços (como objeto) ou a partir de sujeitos que, no senso comum, não seria cogitada. (COSTA, 2019, p. 132).

Por isso, surge-se a necessidade de aguçar no alunado da educação Básica, o gosto pelas aulas de História, bem como o envolvimento em atividades práticas, de cunho pedagógico, que permitam o processo de ensino-aprendizagem. Assim, é salutar pensar em História Local, com possíveis conteúdos negligenciados pelo livro didático de História, logo:

[...] o ensino de história não pode estar preso a um livro didático, e funciona em forte articulação com as demandas do tempo presente. Este ensino precisa trazer também a marca de intensa autonomia intelectual do professor, que elabora atividades e vai com isso montando seu programa, o que significa que vai expressando seu modo de entender a história. (GIACOMONI e PEREIRA, 2013, p. 32).

Diante disso, a função social desta sequência didática, não se dá apenas para compreender a história de um lugar de fala e pertencimento, mas para estimular uma interação maior do indivíduo com a sua identidade.

Nessa lógica, é por meio da aprendizagem histórica, que se possibilita a internalização de determinada consciência histórica pelos sujeitos, com vistas às intervenções e transformações na vida prática. Pois, em relação à formação da consciência histórica:

[...] não é, por conseguinte, poder dispor de saberes, mas de formas de saber, de princípios cognitivos que determinam a aplicação dos saberes aos problemas de orientação, ela é naturalmente, essas competências dependem dos conteúdos do saber. Elas não podem estar vazias da experiência do tempo passado, elaborada e interpretada cognitivamente (uma questão de competência cognitiva na perspectiva temporal da vida prática, da relação de cada sujeito consigo mesmo e do contexto comunicativo com os demais. (RÜSEN, 2007, p. 101).

Isto é, para Rüsen (2007), em se tratar de aprendizagem histórica, deve-se propor uma renovação no sentido de ensinar e aprender história, superando certos conceitos já estabelecidos. Aliás, para que essa aprendizagem seja enriquecida e possa contribuir na construção de representações sofisticadas sobre História e do ensino de História, entre o alunado atendido, é necessário que as visões e conceitos sejam confrontados, discutidos e respeitados e, alguns deles, se possível, modificados.

Destarte, a sequência representa uma alternância didático-pedagógica do docente em sala de aula, visando valorizar e difundir a História Caxiense, muitas vezes, relegada, silenciada, ou até mesmo refutada pela historiografia tradicional e positivista, bem como pela tradição escolar conteudista, que perdura no Ensino de História, referente a transmissão de saberes

construídos historicamente e reproduzidos nos livros didáticos da Educação Básica, que ainda contempla uma História Macro.

Nesta sequência, vamos trabalhar as seguintes categorias conceituais: economia, tipos, práticas, setores, teorias, modos e relações econômicas. Vamos ainda abordar aqui nesse pequeno artigo, as atividades econômicas e suas relações a fim de fazer com que outros pesquisadores reconheçam e identifiquem o tipo de economia e o modelo de prática econômica que perdurou no Brasil do século XIX, e em especial, um olhar direcionado para a cafeicultura e o processo de imigração.

Ao longo do texto retrataremos o processo de formação do parque industrial maranhense nos oitocentos, a partir de sua experiência histórica decorrente das especificidades do período fabril e seu impacto para a expansão urbana e crescimento econômico interno e externo.

Posteriormente, vamos ter a oportunidade de reconhecer as fábricas têxteis da cidade de Caxias - MA, e seu contributo para a formação cultural e influências perante os sujeitos envolvidos na atividade algodoeira, sustentada pela mão-de-obra escrava em tempos áureos, e encaminhada para o mercado exportador; adiante evidencia-se a crise da cotonicultura no final do século XIX.

Além, do rol de exercícios de fixação no término de cada capítulo, na condição de complemento didático-pedagógico, contendo tópicos, tais como: algo a mais, aprofundando a aprendizagem, vamos fazer uma pesquisa? glossário, sugestões de filmes, livros e sites, com o intuito de anexar os conhecimentos históricos, a partir do desenvolvimento da leitura, mais a escrita do alunado; uma demonstração na prática, da efetividade da aprendizagem.

Nessa situação, o aporte teórico da S.D parte de uma óptica ampla, delimitando-se, respectivamente: Economia: uma visão geral; A economia brasileira no século XIX; O Maranhão Oitocentista, Caxias: um entreposto comercial, A Fábrica Manufatura União Caxiense (principal polo fabril), e breves considerações finais.

### **Economia: uma visão geral**

De acordo com Ferreira (2002, p. 249) entende-se por economia, como “a ciência que trata dos fenômenos relativos à produção, distribuição e consumo de bens”. Ou seja, didaticamente, é o conjunto de atividades que visam produzir e comercializar bens e serviços.

A diversificação das atividades econômicas está ligada à divisão do trabalho: quanto mais simples a divisão, menor o número de atividades, e vice-versa. Originalmente, para outro teórico:

A palavra ‘economia’, na Grécia Antiga, servia para indicar a administração da casa, do patrimônio particular, enquanto a administração da polis (cidade-estado) era indicada pela expressão “economia política” [...]. Modernamente, de acordo com os objetivos teóricos ou práticos, a economia se divide em várias áreas: economia privada, pura, social, coletiva, livre, nacional, internacional, estatal, mista, agrícola, industrial etc. (SANDRONI, 1999, p. 189).

Seguidamente, a sociedade moderna ou industrial – baseada na intensa divisão do trabalho e presente em quase todo o mundo – não se desenvolve igualmente em todas as partes. Há nações mais industrializadas (países desenvolvidos), e outras voltadas para a agricultura (países subdesenvolvidos/e emergentes). Assim, podemos distinguir dois tipos de economias:

**Economia de Mercado (capitalismo):** Nesse tipo de economia, a oferta e a procura de bens e serviços definem as decisões econômicas. Por exemplo: em época de escassez de leite, a oferta desse produto é menor que a procura pelos consumidores, então, o preço do leite sobe; quando há excesso na oferta do leite, seu preço tende a cair. O mercado, portanto, consiste na oferta (produção) e procura (consumo) de bens e serviços.

**Economia Planificada (socialismo):** Nesse tipo de economia, as decisões econômicas são determinadas por um plano, e não pelo mercado. As atividades econômicas planejadas pelo Estado, isto é, por autoridades e técnicos que trabalham em setores estatais. Desse trabalho, resulta um plano, traçado para determinado período, que é geralmente de cinco anos (plano quinquenal). Por exemplo: mesmo que falte ou sobre leite, o preço do produto permanece no que foi fixado pelo governo, sem alterações. (VESENTINI, 1996, p. 30-31).

As atividades econômicas estão presentes na maioria das ações humanas. As mesmas, envolvem a produção, a distribuição e o consumo dos produtos necessários à sobrevivência, bem-estar e a convivência do homem, seja em uma comunidade, em um país, ou no mundo. Essas atividades pertencem a três setores básicos da economia: Primário: a agricultura, a pecuária e o extrativismo; Secundário: as atividades industriais e de transformação; Terciário: o comércio, e todo tipo de prestação de serviço.

Os setores da economia dependem uns dos outros. As pessoas do campo produzem alimentos; as pessoas da cidade, por sua vez, fabricam máquinas, móveis, veículos, roupas, remédios, etc.; e todos usamos o comércio para comprar o que precisamos, os transportes para nos locomover e assim por se relaciona com a natureza e com outros homens, estabelecendo entre si relações de ajuda mútua, de colaboração e/ou de exploração.

## A economia brasileira no século XIX

Depois de ter visto, um apanhado geral sobre economia, agora será necessário situarmos nos, no Brasil do século XIX, a partir de sua estrutura e dinamicidade econômica, oriunda do período colonial (1500-1822).

Segundo Costa (1999), primeiramente, é necessário compreender a economia brasileira, no chamado liberalismo no Brasil (1808 a 1850). No contexto brasileiro da época, os interessados foram os grandes proprietários de terras e senhores de escravos, que desejavam se libertar do domínio de Portugal, e usufruir do livre comércio existente. Mas, os ideais clássicos do liberalismo não estiveram presentes no Brasil, na verdade, a defesa era em prol dos interesses comerciais e pela manutenção da exploração do trabalho.

Em tal caso, mesmo com a independência do Brasil (1822), o país ainda dependia economicamente de sua agroexportação. Aos poucos, assumia uma política liberal, mas com características próprias.

Além de uma política liberal que ajudará a inviabilizar a produção industrial interna, o império brasileiro recém emancipado assume com a Inglaterra uma dívida, que era na origem portuguesa, de dois milhões de libras, mantendo-se atrelado ao sistema bancário internacional desde então, com seguidos empréstimos tomados pelo império, principalmente, na Inglaterra. (BOCCHI, 2011, p. 77).

Retomando a análise da economia brasileira no século XIX, encontramos a difícil situação de ter como base, a exportação do açúcar e algodão, diante da forte concorrência. Visto que, às mudanças na economia foram lentas, e só começaram a ocorrer a partir do século XVIII, período em que outra atividade passou a interessar a metrópole substituindo assim, a produção açucareira em crise: a mineração.

Desse modo, “com algumas técnicas diferenciadas, tornou-se uma atividade parecida com a agricultura<sup>4</sup>, pois se valeu da exploração em larga escala, em que as grandes unidades eram trabalhadas por escravos” (HOLANDA, 2004, p. 228-258).

Segundo Costa (1999), desde que se consolidou a Independência do Brasil (1822), foi solicitado pela Inglaterra um tratado que estipulasse em breve tempo, o fim do tráfico negreiro. Arrastado e modificado diversas vezes em 1845, a Inglaterra transforma o projeto sobre o tráfico brasileiro em lei, o Bill Aberdeen<sup>5</sup>.

Nessa perspectiva, a primeira constituição do Brasil de 1824, estabelecia os seguintes pontos:

- a) Centralização administrativa.
- b) Para votar, era necessário que o eleitor tivesse renda de 100 mil réis.
- c) Manutenção da escravidão.
- d) Garantia de inviolabilidade do lar.
- e) Sigilo de correspondência.
- f) Livre locomoção.
- g) Liberdade de pensamento e reunião.
- h) Estabeleceu a religião católica como a religião oficial do Brasil, com a Igreja subordinada ao Estado. (LEITE, 2016, p. 32).

Por esse ângulo, temos que considerar também que as novas condições, oriundas do início da República, eram favoráveis ao processo de industrialização, por exemplo: a mão de obra livre, a elevação do preços de mercadorias importadas, mercado de consumo interno em expansão, e mesmo algumas facilidades para a importação de materiais necessários à indústria. É claro que, esse processo de surgimento industrial, não foi uniforme no território nacional.

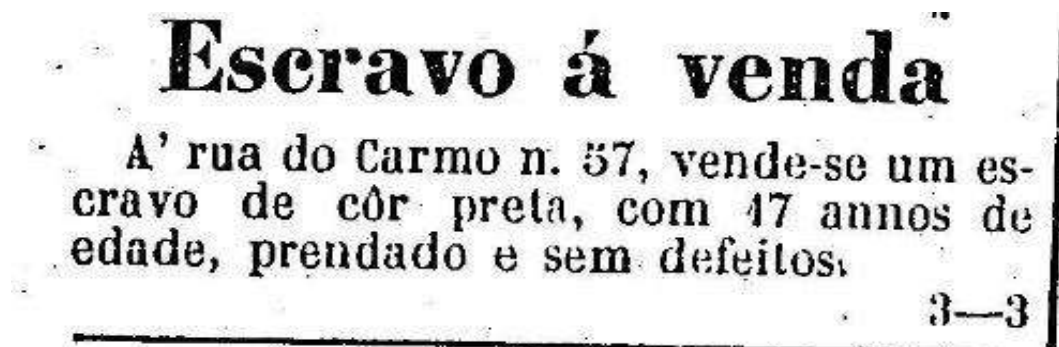


Figura 6 - Anúncio comercial.

Fonte: <http://blogs.estadao.com.br/>. Acesso em 14 dez. 2019.

A imagem acima mostra à venda de escravos, como mercadoria lucrativa para o regime Escravista Brasileiro, no século XIX. No entanto, ainda se passaram cinco anos para que uma lei de extinção do tráfico fosse elaborada, a Lei Eusébio de Queirós de 1850. Logo, sabia-se que a escravidão estava com os dias contados.

<sup>4</sup> “É o nervo econômico da civilização. Com ela se inicia [...] e a ela deve a melhor porção de riqueza”. (PRADO JUNIOR, 1994, p. 130).

<sup>5</sup> Lei aprovada em 1845 pela Inglaterra, que determinou o direito de aprisionar navio negreiros (utilizados para transporte de escravos do continente africano,) e de proceder julgamento aos comandantes. Esta foi uma das medidas que iniciaram a pressão para o fim do regime de escravidão (COSTA, 1999).

Nessa lógica, o cenário econômico do Brasil na época, foi descrito como capitalismo tardio, pelas dificuldades encontradas de romper com a estrutura escravocrata, e permitir a instalação de complexos fabris, principalmente, voltado para os bens de consumo, sendo os bens de capital, importados.

## O Maranhão Oitocentista

O século XIX, teve início com vários conflitos políticos na Europa. Um deles refere-se à guerra travada entre França e Inglaterra, que resultou com o Bloqueio Continental, em 1807. Posteriormente, com esse embargo econômico à Inglaterra, Portugal teve que se posicionar devido às pressões de Napoleão Bonaparte (Imperador francês). Porém, D. João VI (príncipe regente) descumpra a ordem de Napoleão. Consequentemente, esta atitude levou à invasão de Portugal.

Com isso, D. João VI e sua corte fogem para o Brasil em 1808, sob a proteção militar dos ingleses. Ao chegar, o regente abre os portos brasileiros aos países aliados de Portugal, rompendo assim com o monopólio comercial entre colônia e metrópole. Nesse contexto, muitas medidas tomadas por D. João VI afetaram diretamente a vida dos maranhenses. Entre elas a extinção do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e a Abertura dos Portos.

Nessa época, o algodão era o principal produto agrícola maranhense, e os ingleses compravam muito algodão para usarem nas fábricas de tecidos. D. João VI, ao assinar um tratado favorecendo os comerciantes ingleses, contribuiu para que muitos deles se mudassem para o Maranhão, sobretudo, para São Luís (capital maranhense), onde montaram fábricas têxteis e casas comerciais.

Muitas cidades, se desenvolveram durante esse período em que o Maranhão, foi destaque no plantio do algodão, ou cotonicultura (sobretudo, no século XIX). Leia o texto a seguir para saber um pouco mais sobre esse assunto.

São Luís e Alcântara eram cidades dos barões, cujas propriedades em escravos, fazendas de algodão, de gado, disputavam com os senhores do centro-sul do Brasil. Também na época da opulência do algodão, construíram se casarões de azulejos e sobradões em cidades como: Brejo, Itapecuru, Alcântara, Codó, Caxias e, em especialmente, em São Luís. (BOTELHO, 2010, p. 108).

## Caxias: um entreposto comercial

Caxias, conhecida por ser a terra dos poetas, cidade que respira cultura e história. Muitas histórias têm para contar de nossa cidade. Conhecida em todo o Brasil como palco central da Guerra da Balaiada, que aconteceu entre os anos 1838-1841, e que teve como participantes do conflito popular: pobres, sertanejos e escravos contra à Coroa Portuguesa. Sendo que, uma das principais reivindicações dos revoltosos (cunho econômico), era o esquecimento do governo regencial com relação aos poucos incentivos a economia existente da época, que já encontrava dificuldades para seguir em frente.

Nessa continuidade, entre os principais produtos cultivados em Caxias, estava o Algodão. Produto utilizado muito antes mesmo da chegada dos Portugueses em 1500, sendo utilizado pelos indígenas das regiões Norte e Nordeste.

Em todo o Maranhão e outras localidades do Nordeste, cultivava-se este produto, principalmente a partir do século XIX, sendo Caxias uma das localidades que mais se plantava. Antes de seu uso industrial, era usado para a fabricação de roupas, que era usado pelos escravos, pois a elite só usava tecidos finos vindos da Europa, por exemplo, a seda.

O algodão, era destinado principalmente à exportação, em especial, para alimentar as fábricas têxteis da Inglaterra. Para que houvesse uma produção exportadora eficiente, tornou-

se necessário ter um plantio de grandes proporções, conhecido no campo econômico de Plantation. Para tal forma de plantio, o trabalho escravo veio a ser a principal mão de obra, na cotonicultura caxiense.

Segundo, um soldado enviado pela coroa portuguesa ao sertão maranhense, em 1819, o Major Francisco de Paula Ribeiro, a Vila de Caxias detinha de grandes lavouras de algodão e com mais de duzentos mil escravos trabalhando, e que “[...] fazendo até hoje por um nunca interrompido tráfico comercial o principal motivo de sua opulência [...]” (RIBEIRO, 2007, p. 145).

Dessa maneira, Caxias se encontra naquele momento, como uma das grandes produtoras de algodão do estado, e do país. Simultaneamente, na Europa acontecia à 2ª fase da Revolução Industrial, onde houve a melhoria dos processos técnicos de aproveitamento expressivo do algodão, que posteriormente, vem a ser a principal matéria-prima industrial.

Conjunturalmente, o Maranhão era a segunda região exportadora de algodão, sendo São Luís, o quarto porto exportador do Brasil, e sendo Caxias, a maior concentradora de lavouras do Maranhão. Conforme Assunção (2000), em 1812, 56% das exportações maranhense já eram destinadas diretamente para a Inglaterra.

Esta produção era transportada até o porto de São Luís, através de embarcações que percorria o rio Itapecuru, que nessa época era navegável em toda a sua extensão, sendo o mais importante da província, para a entrada no sertão, e o escoamento de produtos que tinham o plantio em suas margens.

É claro que, os escravos também eram importantes nessa comercialização, onde muitos se faziam presentes nas feiras da cidade, e para à venda do excedente, das fazendas de seus senhores (imagem abaixo).

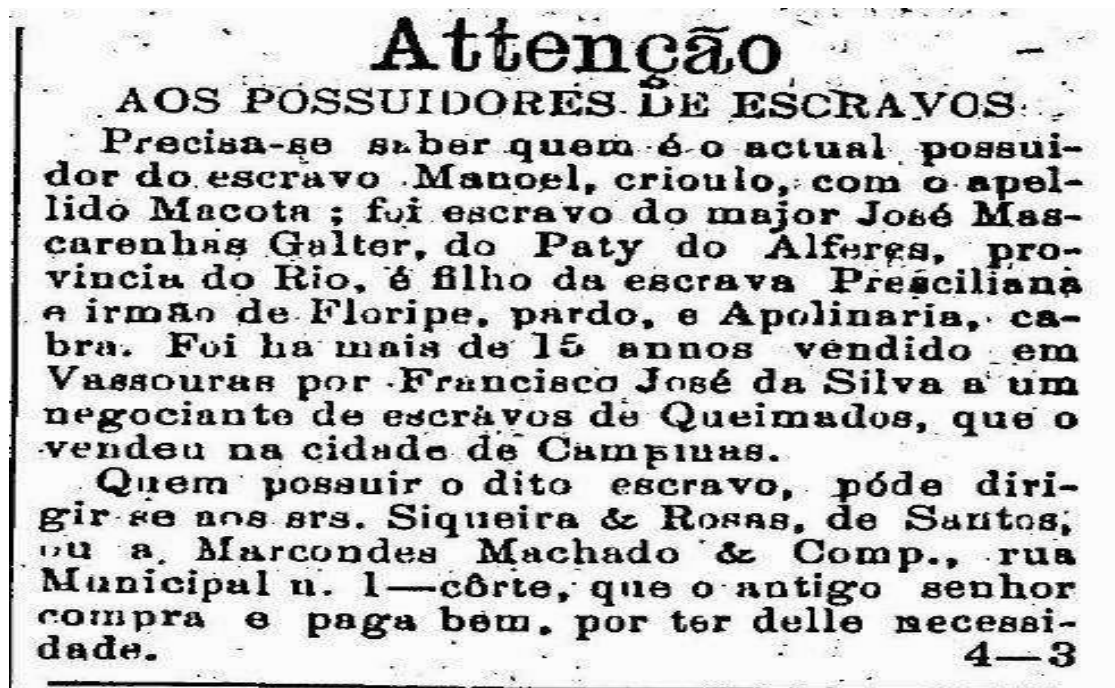


Figura 7 - Anúncio de venda de escravos.

Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/246572148335298974/>. Acesso em 14 dez. 2019.

Segundo Francisco de Paula Ribeiro, major da Coroa Portuguesa, a vila de Caxias é “[...] uma continuada feira, onde muitos distantes os povos dos sertões confinantes trazem à venda os seus efeitos, que constam de algodões, solas, couros de veado e cabra, tabacos de



fumo, gados, escravaturas da Bahia [...]” (RIBEIRO, 2007, p. 149). Logo, percebe-se a dinâmica e dimensionalidade de uma localidade territorial relevante, em termos econômicos e geográficos (localização estratégica).

Conforme o historiador brasileiro Caio Prado Junior (2006), a primeira remessa de algodão brasileiro para o exterior, data de 1760, e provém do Maranhão, que exportou 651 arrobas, tendo Caxias, como a principal localização produtora. Cabe ressaltar que, no oitocentismo, a mão-de-obra hegemônica nas lavouras brasileiras, era a escrava, cujos anúncios de venda era algo costumeiro nos jornais da época (imagem abaixo).

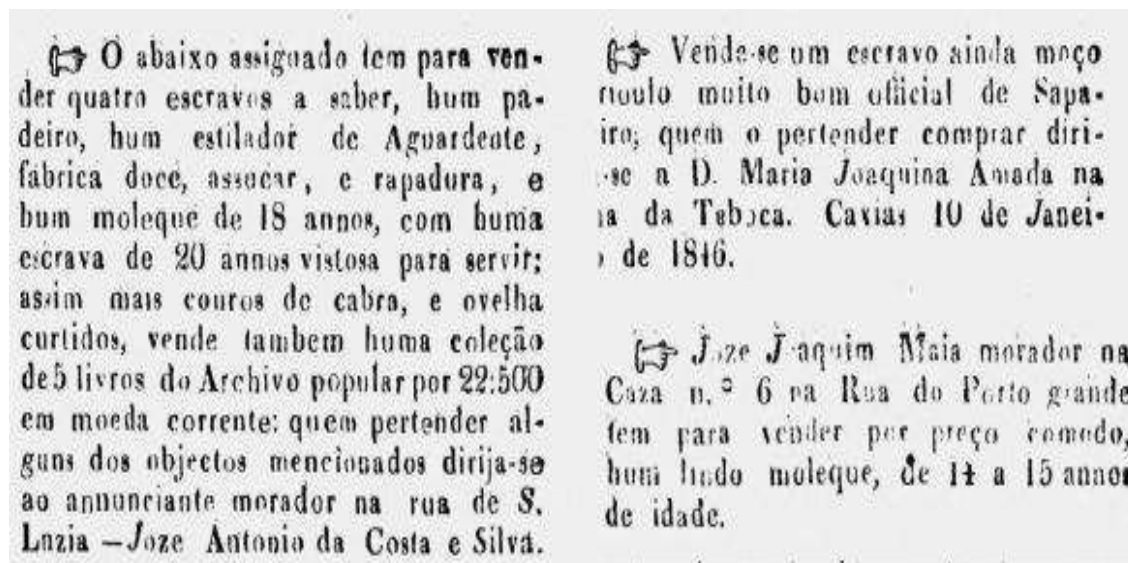


Figura 8 - Anúncio de venda de escravos.  
Fonte: *Jornal O Brado de Caxias*, 10 de janeiro de 1846.

Ou seja, esse processo de decadência, iniciou-se a partir da segunda metade do século XIX, sendo por diversos motivos, como a Guerra da Balaiada (1838-1841); uma extensa seca no estado; falta de aprimoramentos nas técnicas de produção e colheita do algodão; e competição com o algodão dos Estados Unidos.

Como já dito, Caxias esteve ligada a cultura algodoeira durante o início do século XIX, onde era enviado a sua produção para as fábricas da Inglaterra, que naquele momento vivia o auge da Revolução Industrial, com uma grande produção de tecidos em larga escala. Logo após, esse momento áureo das lavouras de algodão, Caxias e o Maranhão passaram por um momento de crise (de exportação e subsistência), provocados por diversos fatores, de maneira semelhante: o maquinário fabril obsoleto, técnicas de produção ineficientes, e mão-de-obra desqualificada.

Com isso, na cidade de Caxias, os diversos jornais locais escreviam sobre o período de crise que a cidade estava passando, transmitindo suas angústias, insatisfações de senhores de escravos, e a própria formação do discurso de decadência, gestado e difundido pela elite aristocrata caxiense.

Desse modo, um grupo de latifundiários, aristocratas e empresários locais, formaram um grupo de discussão para que houvesse uma saída, daquele estado crítico de crise, em que se passava à referida cidade. Este seletto tinha como líder, o Sr. Francisco Dias Carneiro, homem de mente brilhante, sendo, nessa ocasião, enviado à São Luís, para conseguir ajuda dos empresários da capital para a instalação da fábrica têxtil em Caxias, sem ter uma posição definida.



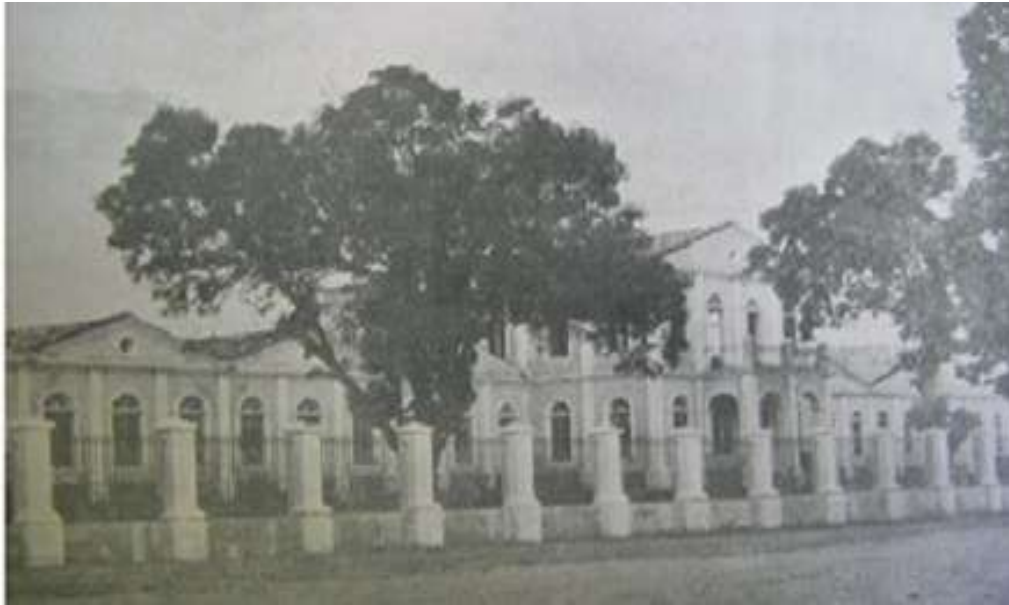


Figura 9 - Extinta Companhia União Caxiense: hoje, Centro de Cultura José Sarney.  
Fonte: <http://www.noca.com.br/coluna.asp?cntcod=17&colcod=2707>. Acesso em 14 dez. 2019.

Assim, a “Companhia Industrial Caxiense”, é originada e projetada para constituir uma Caxias fabril, a todo custo, mesmo sem apoio governamental e do empresariado urbano-industrial da capital, São Luís. Essa companhia, objetivara inicialmente, construir uma ponte, que interligasse a cidade ao distrito da Trizidela, na qual a vinda da fábrica não tardaria.

Posto isso, de acordo com o escritor maranhense Mario Meireles (2001), a implantação das têxteis em solo maranhense, representou uma loucura ou miragem industrial, enquanto para os caxienses, foi uma redenção desenvolvimentista e o advento de progresso.

Com a chegada das fábricas em Caxias, à cidade se conectava no período de modernidade, sendo instaladas mais fábricas, e companhias de bondes, de navegação, de exploração telegráfica, de telefone, além de uma Usina Agrícola. Dentre às fábricas têxteis, está a que conhecemos hoje, como, Centro de Cultura José Sarney, construído em 1889, e denominada na época de: “Fábrica Manufatura União Caxiense”.

Além disso, a elite local ansiava por uma vida pomposa e requintada, aclamava por uma cidade mais higienizada, com hábitos mais saudáveis, que eram regularizados pelo código de postura da cidade de 1893, que elencava algumas temáticas essenciais, dentre elas: pintura das casas em alguns períodos do ano; alinhamento das ruas; alimentação pública e mercado; criação de gado e caça; vadiagem e prostituição.

Dessa forma, mesmo localizando-se no interior do Maranhão, Caxias era interligada à Europa, quando se trata de normas, hábitos e produtos vindos dessas terras distantes, sendo tais pessoas participantes de tempos modernos, que emergiram em tempos de dificuldades econômicas, como o a implementação do quadro fabril caxiense, por meio da iniciativa privada.

### **A Fábrica Manufatura União Caxiense**

A Companhia União Caxiense, foi fundada em Caxias no dia 22 de outubro de 1889, por: Francisco Dias Carneiro, Antônio Joaquim Ferreira Guimarães, e Manoel Correia Bayma do Lago, sendo estes, seus primeiros diretores.



Figura 10 - Fabrika Manufatura União Caxiense em pleno funcionamento, em 1900.

Fonte: <https://eziquio.wordpress.com/tag/fabrica/> Acesso em 14 dez. 2019.

A intenção da referida companhia, era a construção de um parque têxtil em Caxias. Projetada pelo engenheiro maranhense, Palmério Cantanhede, a monumental fábrica, possui elementos arquitetônicos neoclássicos, destacando-se o seu frontão na fachada (imagem acima).

Diante da fábrica, localizava-se um largo, em que ficava a delegacia, o tribunal do júri, e a Câmara de Vereadores, que recebera o nome dessa grande indústria, que muito fez por Caxias. No mencionado largo, aconteceu às primeiras partidas de futebol da cidade. Posteriormente, a mesma, foi urbanizada ganhando bustos de: Dias Carneiro, Coelho Neto, Gonçalves Dias e Vespasiano Ramos (poetas da terra), o que a tornou popularmente conhecida, como Praça do Panteon.

A fábrica encerrou suas atividades na década de 1970. O prédio ficou abandonado correndo o risco de ter sua estrutura toda desmontada. Em 1977, a fábrica foi adquirida pela Prefeitura Municipal, e em 1980, instalado o Centro de Cultura José Sarney. Adiante, o prédio foi tombado em junho do mesmo ano, pelo Decreto Estadual Nº 7.660.

## Considerações finais

Em suma, através deste recurso metodológico, o professor poderá criar e buscar situações problematizante-reflexivas, oriundas da realidade do alunado, e de suas experiências vivenciadas, e que refletem no espaço escolar, e diretamente no processo de ensino-aprendizagem. Com isso, a intenção da Sequência didática (S. D), é proporcionar a formação e representação de uma identidade regional composta de sujeitos e processos históricos, excluídos pela historiografia hegemônica, a partir de suas especificidades existentes.

## Referências

ASSUNÇÃO, M. R. Exportação, Mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira; o caso do Maranhão (1800-1860). In: **Estudos, sociedade e agricultura**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: número 14, abril de 2000.

BOCCHI, J. I. Século XIX: Renascimento Agrícola, Economia Cafeeira e Industrialização. In: REGO, Jose Marcio; MARQUES, Rosa Maria Marques (Org.) **Formação econômica do Brasil**. Ed. Especial Anhanguera. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 73-97.

BOTELHO, J. **Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica, 2010. p. 108.

CARVALHO, M. J. M. de. **Os protagonistas**. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/os-protagonistas>. Acessado em 14 dez. 2019.

COSTA, A. História Local. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1999.

FERREIRA, A. B. H. **O miniaurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. 4ª ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2002.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1997, p. 185.

IGLESIAS, F. **A Revolução Industrial**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

HOLANDA, S. B. de. A mineração: antecedentes luso-brasileiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 228-258.

GAIOSO, R. J. de S. **Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura no Maranhão**. 2ª ed. Maranhão: Livros do Mundo Inteiro, 1970.

GIACOMONI, M. P.; PEREIRA, N. M. (orgs.). **Jogos e o Ensino de História**. 1ª ed. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

JACINTO, C. P. Fazendeiros, negociantes e escravos. Dinâmica e funcionamento do tráfico interprovincial de escravos no Maranhão (1846-1885). GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (orgs). **O Maranhão oitocentista**. São Luís: EDUEMA/ Café e lápis, 2015.

LEITE, A. C. **Formação econômica do Brasil**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

MEIRELES, M. **História do Maranhão**. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RIBEIRO, F. P. **Desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do Sul do Maranhão**. Rio de Janeiro: Ética, 2007.

RÜSEN, J. História Viva. **Teoria da História III: forma e funções do conhecimento histórico**. Brasília: UnB, 2007.

SANDRONI, P. (Org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

VESENTINI, J. W.; VLACH, V. **Geografia Crítica**: O espaço social e o espaço brasileiro. vol. 2. 7ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1996. p. 30-31.

VIVEIROS, J. **História do Comércio do Maranhão**. São Luís: ACM, 1999.

### **Fonte hemerográfica**

*Jornal O Brado de Caxias, 10 de janeiro de 1846.*

Recebido em 30 set. 2020  
Aprovado em 09 out. 2020